



Brasília, 20 de novembro de 2023

REUNIÃO DO FONASEFE (VIRTUAL) 17/11/2023

PRESENTES:

Andes-SN (Mario, Lucia), **Asfoc** (Paulinho), **ASSIBE-SN** (Paulo Lindsey), **Condsef** (Sergio), **FASUBRA** (Felipe, Loiva, Ivanilda, Cristina del Papa), **FenaPRF** (Neto), **Fenasps** (Moacir, Laura), **SINDIRECEITA** (Breno, Valdemir e Odair), **Sinasefe** (David Lobão, Artemis), **Sindfazenda** (Irismar e Neire) **SINAIT** (Marco Aurélio) **CUT** (Pedro Armengol). **CNTSS** (Sandro).

Pauta: 1. Avaliação da Mesa

2. Continuidade da Campanha salarial

Avaliação da Mesa (consensos)

1. O governo conseguiu levar a resposta as nossas propostas para o final do ano, enquanto a gente queria a resposta antes de encaminhar a LOA ao Congresso Nacional;
2. A possível resposta do governo em meados de dezembro fez parte da tática do governo para evitar resistência do SPF a sua proposta;
3. O governo está se apropriando de várias medidas do governo Bolsonaro, por isso s dificuldade na reivindicação do REVOGAÇÃO.

Encaminhamentos

1. 28/11 – Dia nacional de Luta com mobilizações, manifestações, panfletagens, assembleias de base e outras formas de luta;
2. Live no dia 28/11, às 18 h., com a participação das entidades nacionais cada uma com fala de 5 min;
3. Realização de uma Plenária Nacional dos SPF (presencial), colado com a próxima reunião da MNNP;
4. Encaminhar um ofício ao MGI solicitando que a reunião da MNNP em dezembro, seja convocada com no mínimo 10 dias de antecedência, para preparar nossa plenária nacional.

Encaminhamentos para discutir nas entidades

1. O FONASEFE participar e organizar a Marcha a Brasília, convocada no CONCURTO, solicitando a CUT para ser no final de março, para nos ajudar a fortalecer nossa luta por carreiras e recomposição salarial;



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico- administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

2. As entidades do FONASEFE, em função da experiências ocorridas nas negociações de 2023, devem iniciar nas suas bases a discussão sobre uma construção da GREVE dos SPF para 2024;

ENCONTRO VIRTUAL DE NEGRAS E NEGROS DA FASUBRA

Tema: racismo nas relações de trabalho no serviço público federal

A Direção Nacional, por meio da Coordenação de Raça e Etnia, em conjunto com a Coordenação da Mulher Trabalhadora, **realizará** na próxima quarta-feira, dia 22 de novembro de 2023, de 9h às 11h (Brasília/DF), o **“Encontro Virtual de Negras e Negros da FASUBRA”**. Apresentam-se no encontro as convidadas: Deputada Federal Dandara Tonantzin e a Técnica-administrativa em Educação, Doutora Yone Maria Gonzaga da Universidade Federal de Minas Gerais.

PROGRAMAÇÃO:

9h00 - Abertura

9h20 - Palestra: O papel do Poder Legislativo no combate ao racismo e ao preconceito racial. Palestrante: Dep. Fed. Dandara Tonantzin

9h50 - Palestra: Experiências de servidor(a) público(a) negro(a) nas instituições federais de ensino. Palestrante: Dra. Yone Maria Gonzaga

10h20 - Debate e considerações finais.

A FASUBRA mantém o encontro virtual em sua agenda, como forma de reafirmar sua trajetória, ao longo de seus 45 anos de história e lutas em favor de sua categoria, sempre assumindo o compromisso de atuar no combate ao racismo, à discriminação racial, criando espaços de debates e reflexões sobre a temática.

Pensando nisso, a FASUBRA convida suas entidades filiadas a participarem deste evento. As entidades deverão encaminhar a relação de sua representação com nome completo, e-mail e número de telefone com WhatsApp, para a Secretaria da federação, para o e-mail secretaria@fasubra.org.br até o dia 21/11. O evento será realizado em sessão virtual privada pelo Microsoft Teams e o link para acesso será enviado por e-mail às entidades até terça-feira, dia 21 de novembro do corrente ano.

PRESIDENTE LULA SANCIONA A LEI QUE ATUALIZA DA LEI DE COTAS

No dia 13 de novembro de 2023, o presidente Lula Inácio Lula da Silva sancionou a lei que reformula e atualiza a Lei de Cotas que permite acesso às instituições federais de



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

educação superior e de ensino técnico de nível médio para candidatos pretos, pardos, indígenas e quilombolas e pessoas com deficiência. Trata-se do Projeto de Lei (PL) nº 5384/2020 de autoria da deputada Maria do Rosário (RS), cuja tramitação tinha sido suspensa, mas voltou a tramitar em 2023. O objetivo do PL era revisar e ampliar a conhecida Lei das Cotas (12.711/2012). A política foi instituída em 2012 e deveria ter sido revisada até agosto de 2022, mas em razão da conjuntura política do ano eleitoral acabou não sendo possível a revisão. Na solenidade de sanção no Palácio do Planalto, estiveram presentes os ministros Camilo Santana (Educação), Anielle Franco (Igualdade Racial), Silvio Almeida (Direitos Humanos e Cidadania), Sônia Guajajara (Povos Indígenas), além de senadores, deputados e representantes da sociedade civil. A FASUBRA Sindical, que acompanhou toda a tramitação do PL, novamente esteve presente na cerimônia, representada na ocasião, pela coordenadora de Administração e Finanças, Márcia Abreu da Silva. As principais mudanças da lei aprovada receberam importantes acréscimos que acrescenta: A) Inclusão de quilombolas no programa de reserva de vagas nas universidades federais; B) Alteração dos critérios socioeconômicos que reduziu a renda per capita familiar do candidato de 1,5 salário mínimo (R\$1.980) para 1 salário mínimo (R\$1.320); C) previsão de monitoramento anual e avaliação da política de cotas a cada interstício de 10 anos. D) Ampliação das ações das políticas afirmativas para que os cursos de pós-graduação possam reservar vagas para negros, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência e; E) Priorização do pagamento do auxílio estudantil para os alunos cotistas. O Correio Braziliense registrou que: “outra alteração, que busca aumentar a presença de cotistas no ensino superior, muda o processo para ingresso. A partir da atualização da lei, os candidatos passam a concorrer inicialmente pelo sistema de ampla concorrência e, caso não seja alcançada a nota de corte, passam a concorrer pela reserva de vagas. Pelas regras atuais, ao jogar a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) no Sistema de Seleção Unificada (Sisu), por exemplo, o candidato precisa escolher em qual categoria de vagas prefere concorrer”. As regras da nova Lei de Cotas já serão aplicadas a partir da próxima edição do Sistema de Seleção Unificada - SISU, em janeiro de 2024.

MESA NACIONAL DE NEGOCIAÇÃO PERMANENTE

Dia 16 de novembro foi importante para pressionar a representação do governo e arrancar o compromisso de realizar reunião da MNNP, que ocorrerá até o dia 15 de dezembro, trazendo a pauta única sobre orçamento e a campanha salarial.

Depois do anúncio de que a mesa de negociação não trataria de questões orçamentárias, a revolta daqueles que estavam ali em frente ao DNIT foi uma só, visto que o governo mais uma vez estava enrolando os servidores. Durante as últimas semanas, o movimento acompanhou anúncios do governo sobre o fato de que algumas categorias já estão com negociação avançada em suas carreiras.

Em reunião realizada na última sexta-feira, as entidades sindicais representativas dos servidores federais apontaram, por consenso, a seguinte avaliação:

1. O governo conseguiu levar a resposta às nossas propostas para o final do ano, enquanto as entidades queriam a resposta antes de encaminhar a LOA ao Congresso Nacional;



2. A possível resposta do governo em meados de dezembro faz parte da tática do governo para evitar resistência do SPF a sua proposta;
3. O governo está se apropriando de várias medidas do governo Bolsonaro, por isso a dificuldade na reivindicação do revogação.

Na mesa do dia 16, entretanto, o secretário de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), José Lopes Feijóo, informou que a equiparação de benefícios dos servidores do executivo com os demais poderes passa por negociação da retirada das travas impeditivas da equiparação na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Ainda segundo Feijóo, pode haver evolução desta questão nas próximas semanas.

As categorias, ao fim da reunião, entenderam que há uma necessidade de continuar a mobilização com datas de paralisação e a construção de uma greve que venha dar um recado duro ao governo sobre nossas reivindicações, sabemos que ocorreram mudanças na PEC de transição para que pudéssemos ter o aumento emergencial e que o governo já fala que precisava resolver isso em maio para que pudéssemos avançar nas negociações do orçamento de 2024 e não dá para em seu governo não ter margem para uma recomposição e a valorização dos servidores.

SOBRE A PAUTA NÃO-ECONÔMICA

Quanto ao REVOGAÇÃO que pleiteamos, algumas respostas pontuais nos foram apresentadas. O governo concordou em retornar o controle da consignação em folha das mensalidades sindicais para as entidades. Já a transferência da concessão e da manutenção de aposentadorias e pensões das autarquias para o INSS, houve apenas a prorrogação da suspensão dos seus efeitos até o final de 2024.

Tivemos avanços também no que toca a alterações na IN 02/2018 que trata de jornada e controle de frequência. Confira abaixo:

LIBERAÇÃO PARA MANDATO CLASSISTA

Sobre a liberação para exercício de mandato classista, o Governo disse que vai encaminhar para o GT que já vem discutindo sobre o tema, sobre as compensações de horas a resposta foi frustrante. Foi dito apenas que vão facilitar o pagamento das horas e quem vier para reuniões com o governo terá os dias abonados.

ATESTADOS

Outro fator que pouco avançou foram em relação aos dias para atestados médicos e comparecimentos de saúde que o governo apenas ampliou um pouco as horas o que continua revoltando os servidores que estão sendo afetados com as medidas da IN2018 do Temer e a IN54 do Bolsonaro e esperavam que elas entrassem no revogação que nunca ocorreu.

Estas alterações foram formalizadas através da publicação no Diário Oficial da União (DOU), na última sexta-feira, 17, da Instrução Normativa SRT/MGI Nº 34, que alterou a Instrução



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico- administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

Normativa nº 2, de 12 de setembro de 2018, que orienta procedimentos, sobre jornada de trabalho, controle eletrônico de frequência e a compatibilidade de horários na acumulação remunerada de cargos, empregos e funções.

CALENDÁRIO	
NOVEMBRO	
21	Reunião da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira
22	Reunião Virtual do GT de Saúde e Hospitais Universitários (Região Sudeste – São Paulo e Rio de Janeiro)
	Encontro Virtual de Negras e Negros
29	Reunião Virtual do GT de Saúde e Hospitais Universitários (Região Sudeste – Espírito Santo e Minas Gerais)
	Reunião Virtual do GT LGBTQIA+
30	Reunião Virtual do GT de Saúde e Hospitais Universitários (Região Sul)
DEZEMBRO	
5 e 6	Participação no 38º Pleno do Forgepe
7 e 8	Reunião da Direção Nacional
9	Conferência Livre da FASUBRA para a CONAEE 2024
9 e 10	Plenária Nacional da FASUBRA